



Vol. 2 nº 3 jan./jun. 2007

p. III-122

UNIOESTE: DA ESTADUALIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO¹

Vera Lúcia Balbinotti² - UNIPAN

José Kuiava³ - UNIOESTE

RESUMO: Este artigo é resultado de Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, pela UNIOESTE, Campus de Cascavel. Tem por objetivo construir a trajetória histórica dessa universidade, mais precisamente do processo de estadualização até o reconhecimento. Para isso, realizei um resgate histórico da conjuntura, desde o início dos debates sobre a necessidade de uma universidade regional, passando pela estadualização das faculdades isoladas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon, chegando até o reconhecimento dos quatro campi como uma só universidade de caráter regional. O estudo demonstrou que o movimento regional do oeste provocava incômodo nos governos do Estado em suas diferentes épocas até ser conseguido o objetivo que era o reconhecimento da universidade no ano de 1994. Hoje, a UNIOESTE é reconhecida nacionalmente pela produção científica e pela qualidade que mantém no ensino, na pesquisa e na extensão. É necessário manter essa hegemonia científica e sua característica de universidade pública, gratuita e de qualidade.

Palavras-chave: Movimento Regional. Governos Estaduais. Universidade do Oeste.

UNIOESTE: OF THE NEW MAINTENANCE TO THE RECOGNITION

ABSTRACT: This article is resulted of Monograph presented to the Course of Specialization in History of the Brazilian Education, for the UNIOESTE, Campus of Cascavel City. It has for objective to construct the historical trajectory of this university, more necessarily of the new maintenance process until the recognition. For this, I carried through a historical rescue of the conjuncture, since the beginning of the debates on the necessity of a regional university, passing for the new maintenance of the isolated faculties of Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo and Marechal Cândido Rondon city, arriving until the recognition of four campuses as one alone university of regional character. The study it demonstrated that the regional movement of the west provoked bother in the governments of the State at its different times until being obtained the objective that was the recognition of the university in the year of 1994. Today, the UNIOESTE is recognized national for the scientific production and the quality that keeps in education, the research and the extension. It is necessary to keep this scientific hegemony and its characteristic of public, gratuitous university and of quality.

Keywords: Regional Movement. State Governments. University of the West.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em “História da Educação Brasileira” realizada na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O objeto maior da minha pesquisa foi construir e analisar o percurso histórico e político pelo qual se concretizou a estadualização e o reconhecimento da UNIOESTE, identificando quais forças da conjuntura política, social e econômica influenciaram neste processo, num viés histórico.

Para isso realizei pesquisa bibliográfica acerca da região Oeste paranaense, desde sua ocupação pelos nativos, da sua colonização pelos imigrantes sulinos até data recente. Mostrando assim a importância que a região possui no cenário nacional e internacional pela sua favorável situação de produção agrícola, de importador de grãos, de sua excelente produção de animais entre outros. Além de pesquisa bibliográfica analisei documentos que foram escritos no âmbito da região, principalmente na cidade de Cascavel, onde o movimento pela universidade se fazia mais representativo, por pessoas que se encontravam diretamente ligados ao processo de estadualização e reconhecimento da Universidade do Oeste. Na intenção de construir o mais fidedignamente possível a história da UNIOESTE algumas entrevistas foram feitas para que os fatos fossem relatados e escritos, trabalhando também dessa maneira com fontes primárias. A atenção maior se deterá sobre o processo de estadualização e reconhecimento da universidade, relatando os empecilhos, os enfrentamentos que se faziam na correlação de forças entre a comunidade oestina e os governos do Estado na busca pela estadualização e pelo reconhecimento da UNIOESTE.

2 A HISTÓRIA

O movimento em prol de uma universidade na região Oeste do Paraná teve seu início na cidade de Cascavel, ainda nos anos 70, mas seu ápice foi nos anos 80. Depois da divulgação de uma pesquisa nos anos de 1982/1983, na qual relatava a impossibilidade de crescimento das fundações municipais da região Oeste, os acadêmicos, funcionários, professores e por fim toda a sociedade se uniu em torno do objetivo de reivindicar junto aos governos estadual e federal a universidade que o Oeste necessitava. Na perspectiva de um maior crescimento econômico a comunidade do Oeste adere ao movimento e com uma integração regional faz frente aos governos do Estado na busca pela concretização de uma universidade pública para o interior do Estado. Conforme EMER (2001), os filhos do Oeste que quisessem prosseguir em seus estudos acadêmicos de formação profissional tinham

que buscá-lo na capital do Estado. Ouvia-se muito os pais dizerem não poder mais suportar os custos de se manter um filho estudando na região central do Estado. Bem como outra reclamação se fazia pelo fato de que muitos acadêmicos não retornavam mais para a região e construíam sua vida na capital. Ainda conforme o autor acima citado (2001), vários segmentos sociais se engajaram na luta pela universidade entre eles pode-se citar, cooperativas, sindicatos, igreja católica, associações, entre outras. O marco dessa integração foi uma reunião realizada na cidade de Guaraniaçu promovida pela ASSOESTE – Associação Educacional do Oeste e pela AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná em abril de 1985. Nesse encontro foi decidido solicitar com mais ênfase junto aos governos a concretização da universidade. O primeiro passo para que isso pudesse acontecer foi pressionar o governo estadual. Em maio de 1986, foi entregue ao governador do Estado, José Richa⁴ uma carta que reivindicava a estadualização conforme prometido, assumiu o compromisso de estadualizar as faculdades mediante um convênio firmado com os prefeitos municipais das 4 cidades do Oeste onde funcionava o ensino superior, através da doação de terrenos, caso o governo federal não as federalizasse. O governador, José Richa, na ocasião da assinatura do convênio com as prefeituras para doação dos terrenos ao Estado, disse que estadualizaria todas as fundações municipais da região Oeste. Desde 1984 já vinha se discutindo a questão de se constituir uma universidade regional e multi-campi e assim ela foi constituída. Richa acreditava que a federalização pudesse acontecer e incentivou que uma caravana com mais de 400 pessoas da região Oeste fosse a capital do país requisitar a federalização. LEMANSKI (2005), diz que os atos do Governo Federal deixaram a comunidade oestina muito triste, o descaso com a caravana que foi para Brasília foi muito grande por parte do Ministro da Educação. Segundo KUIAVA (2005), como a caravana não obteve êxito o passo seguinte foi cobrar de Richa a estadualização. No final do ano de 1986, por ocasião da inauguração de obra na cidade de Cascavel, e estando licenciado do cargo de governador para concorrer ao Senado, José Richa esteve presente nas festividades e foi fortemente cobrado pela comunidade em geral. Os acadêmicos protestavam com faixas, cartazes, panfletos e uma carta foi distribuída para todos os presentes, inclusive para o governador que bastante irritado pressionou o vice-governador em exercício João Elisio Ferraz de Campos⁵ para que enviasse urgentemente o projeto da estadualização para votação em Assembléia.

Esse fato ocorreu no sábado e na terça-feira o projeto estava sendo votado e aprovado pelos Deputados. A comunidade oestina se fez presente lotando a Assembléia Legislativa. João Elisio, no entanto, não assinou a estadualização da universidade nesse dia, deixando isso para o próximo governador do Estado, Álvaro Dias.

3 A ESTADUALIZAÇÃO

Como já havia passado pela Assembléia Legislativa o projeto que previa a estadualização das 4 faculdades isoladas da região Oeste do Paraná, com uma só mantenedora, o passo seguinte foi dado pelo novo governador do Estado Álvaro Dias⁶. Conforme KUIAVA (2005), no mês de janeiro de 1987, Álvaro Dias esteve em Cascavel e pela Lei 8464 sancionou o Projeto de Lei que instituiu a Fundação Federação de Instituições do Oeste do Paraná e no mesmo ano pelo Decreto 399, no mês de abril, instituiu a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná e nomeia a comissão de implantação da UNIOESTE. Desse momento em diante o nome da mantenedora passa a ser FUNIOESTE – Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná. As faculdades estavam em forte crise e se reconhece que a estadualização não poderia ter sido realizada em melhor momento. Pois somente com as mensalidades acadêmicas e com o auxílio do Município não mais haveria condições de se manter em atividade. Por aproximadamente 14 anos a FECIVEL foi mantida pelas mensalidades e por recursos da comunidade local, agora se fazia necessário e urgente o investimento financeiro do Estado. Mas, estadualizar as faculdades isoladas de Cascavel – FECIVEL, de Foz do Iguaçu – FACISA, de Toledo – FACITOL e de Marechal Cândido Rondon – FACIMAR não significou reconhecê-las. Se o caminho da estadualização foi longo e árduo, difícil também seria o processo de reconhecimento da universidade, agora fundação estadual, FUNIOESTE. De toda a sorte os impedimentos foram se formando.

4 OS EMPECILHOS PARA O RECONHECIMENTO

Em se tratando dos aspectos legais, o primeiro impedimento se faz a nível federal. Existiam, na época os Decretos Federais que proibiam o reconhecimento de novas universidades de novembro de 1986 até novembro de 1989. Um segundo impedimento está na esfera estadual, porque não se tinha legislação própria que norteasse o reconhecimento de novas universidades até praticamente final de 1990. Enquanto havia esses impedimentos para o reconhecimento referentes a legislação a Universidade do Oeste organizou o projeto de universidade que se pretendia para a região buscando auxílio de um dos mais renomados assessores dessa área, o professor Raulino Tramontin, que havia orientado também o processo de reconhecimento das Universidades Estaduais de Maringá e de Londrina e muitas outras universidades brasileiras na década de 80, conforme relata uma Carta entregue a população do Oeste. A relação entre universidade e governo do Estado se

mostrava ríspida, pois este se negava a negociar as reivindicações de melhores salários para os funcionários. É importante lembrar que os atos legais que estadualizaram a FUNIOESTE não se deram por vontade política dos governos do Estado. Esses atos sempre aconteceram na correlação de forças entre o governo e a comunidade do Oeste, por pressão da comunidade oestina, pela representatividade política e pela integração que a região possuía em torno do objetivo. O que a história revela é que não era de interesse político do Estado reconhecer mais uma universidade, ainda mais quando esta se localizava na região interiorana, quando o Estado já possuía 03 universidades estaduais. Nessa correlação de forças, o governo contra ataca a comunidade oestina e a universidade impondo um novo modelo de direção. A universidade possuía um Conselho Diretor eleito democraticamente pela comunidade oestina e pela comunidade acadêmica. O governo do Estado pensava ser a autonomia exercida pela universidade como excessiva e queria obter maior controle sobre esta. O modelo de Conselho Diretor proposto pelo governo seria composto por doze membros onde apenas três nomes seriam apresentados pela universidade. Inclusive o nome do Diretor do Conselho seria indicado pelo governo do Estado. Nesse sentido pode-se citar o documento do GABINETE DA DIREÇÃO DA FUNIOESTE (1998, p. 3), que enfatizava a seguinte concepção. “Mesmo que o Estado pague a conta da Universidade ela não é um instrumento do Governo a serviço do próprio Governo. A Universidade é uma instituição social, ou seja, uma criação social que necessita de estrutura própria para garantir o cumprimento de suas funções básicas”. A universidade rebatia as acusações do governo dizendo que, numa universidade onde não se demonstra eficiência, a cultura e o conhecimento não se desenvolvem. Conforme KUIAVA et all (1990, p. 1), não era o caso da FUNIOESTE, pois esta recebia renomados educadores do país, como Cristovam Buarque, na ocasião Reitor da UNB – Universidade de Brasília, Luiz Eduardo Wanderley, ex-Reitor da PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o pianista Miguel Proença, assessor de assuntos culturais, entre outros. Pessoas de renome nacional não expõem sua presença onde não reina o conhecimento e a cultura, argumentava a Universidade do Oeste, portanto, a universidade não é ineficiente nem onerosa para os cofres públicos. Se a FUNIOESTE correspondia ao que se pensava de uma universidade como produtora de conhecimento, a comunidade acadêmica e oestina questionava o porque de não ser reconhecida ainda como tal. Por parte do governo do Estado e do CEE – Conselho Estadual de Educação, são evocadas as bases da legalidade. Em primeiro lugar estavam os Decretos Federais que não permitiam o reconhecimento de novas universidades em todo o território nacional até final de 1989. Em esfera estadual não se dispunha de legisla-

ção própria que pudesse orientar o processo de reconhecimento até final de 1990. Somando-se aos impedimentos legais, o que se percebe na verdade, é a inexistência de vontade política do governador Álvaro Dias para assumir mais uma universidade, portanto prolongava-se o mais que se podia o processo de reconhecimento porque não era interesse do Estado.

O governador Álvaro Dias, entrando na lógica neoliberal de minimizar custos e de não investir em educação superior pede ao CEE que não aprove novos cursos. O CEE por sua vez encaminha pedido a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia que elabore um plano de desenvolvimento para o ensino superior e que suspenda todos os processos em andamento, principalmente agora que era a vez da FUNIOESTE ser reconhecida. Mesmo com todos os empecilhos, em março de 1990, a FUNIOESTE encaminhou seu projeto de universidade para o CEE através as SEET – Secretaria de Estado de Educação e Tecnologia. Mas, o projeto de reconhecimento da universidade foi engavetado e a alegação do CEE era de que não haveria tempo hábil para reconhecimento de novos cursos, e, a análise do reconhecimento da universidade só se daria de meados do ano em diante. O projeto de reconhecimento da universidade passou o ano de 1991 engavetado e somente em setembro de 1992 voltou a tona com a instituição de Comissão Especial para o reconhecimento da FUNIOESTE pelo CEE. Mas nesse momento da história, o reconhecimento da universidade foi adiado novamente porque o Estado volta sua atenção ao movimento grevista dos professores de primeiro e segundo graus que reivindicam melhores condições de trabalho e salários.

4.1 A Fundação é transformada em Autarquia

Como as dificuldades da FUNIOESTE eram muitas após o corte de investimentos em órgãos públicos, reuniram-se com o Secretário Mauricio Fruet, dirigentes de órgãos de pesquisas, dirigentes sindicais, reitores de universidades públicas, diretores-presidentes da FUNIOESTE, procurador geral do Estado, entre outros representantes, para negociação sobre investimentos e salários. Ficou acordado que a negociação prosseguiria nos próximos meses entre os representantes e o governo. Porém, enquanto a FUNIOESTE promovia seminários para desenvolvimento científico e tecnológico propiciando crescimento para a região, o governador Requião, num gesto unilateral, sem nenhuma consulta prévia, pela Lei 9663 de junho de 1991, transforma as fundações universitárias em autarquias. Com isso a universidade deixa de ser fundação, FUNIOESTE, para ser UNIOESTE, uma autarquia especial diretamente ligada a SETI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior. Com isso, a universidade passou a depender exclusivamente dos investimentos públicos, submissas ao poder do Estado. Mesmo assim, ainda em 1991 são implantados novos cursos que foram autorizados pelo governo anterior, Álvaro Dias.

4.2 A intervenção

No ano de 1992, por ocasião do vencimento do primeiro mandato da direção da UNIOESTE, o governador do Estado Roberto Requião conseguiu o que seu antecessor havia tentado, mas sem êxito. Com o término do período do mandato da primeira direção da UNIOESTE lançavam-se as chapas que concorreriam para mais um mandato de 4 anos. O professor Erneldo Schallenbergler saiu vencedor frente ao candidato da outra chapa, professor Marcos Vinicius Pires de Souza. O que seria natural era que o candidato eleito democraticamente fosse nomeado pelo governador, mas o que aconteceu foi o contrário. Numa atitude autoritária e antidemocrática, Requião, nomeia para estar a frente da direção da UNIOESTE o candidato derrotado nas urnas, que aceitou a função prontamente.

O professor José Kuiava, que era Diretor-Presidente, se negou a passar os documentos contábeis e depositou em juízo, não comparecendo também ao ato da posse. A posse havia sido marcada para se realizar no Centro Cultural Gilberto Mayer. O cenário estava preparado, os acadêmicos compareceram e, quando o Secretário da Educação entrou para dar posse, os acadêmicos começaram a apitar, mostrando faixas e cartazes contra a nomeação e o processo de intervenção. Esse protesto prosseguiu por mais de 30 minutos e por esse motivo o interventor tomou posse na ACIC – Associação Comercial e Industrial de Cascavel, numa outra data sem cerimônia e daquele local dirigiu a UNIOESTE por quase um mês, pois os estudantes haviam tomado a sede da reitoria e por mais de 15 dias lá permaneceram dia e noite. A sede da reitoria se localizava, na época, no mesmo prédio onde funcionava o NRE – Núcleo Regional de Educação de Cascavel, no centro da cidade.

Em 1993, embora com todas as crises vividas entre a universidade e o governo do Estado, houve um intenso crescimento do campus de Cascavel, principalmente com a construção da sede da Reitoria junto ao campus. A UNIOESTE trabalhava como uma universidade de fato e a região pressionava o governo para que a reconhecesse como a universidade do oeste. Vale lembrar que da mesma maneira como a região Oeste pressionava o governo, a região central também fazia porque não era interessante para eles que uma universidade fosse reconhecida no interior. Para a região central, interessava que os jovens do interior continuassem se deslocando para as grandes metrópoles, pois assim continuavam a se desenvolver.

Pensamento este que a comunidade oestina também agregou para si, pois com a universidade reconhecida a região teria um crescimento em muitas áreas, como locação de imóveis, moradias, vestuários, alimentação, lazer, entre outras. E por essa razão a integração regional se fazia cada dia mais forte.

5 O RECONHECIMENTO

Depois de mais de uma década de luta e obstinação para se ter uma universidade na região Oeste, o governo do Paraná reconhece a UNIOESTE pelo Parecer 137 de agosto de 1994. Isso aconteceu na ocasião em que Requião se licencia do governo para concorrer uma vaga no Senado, nesse período quem estava à frente do governo era o vice-governador Mário Pereira⁷, político da região e defensor da causa universitária do Oeste.

Com essa iniciativa por parte do governo estadual, o MEC – Ministério da Educação e da Cultura, em 23 de dezembro do mesmo ano reconhece a UNIOESTE como universidade regional multi-campi através da Portaria 1784-A. Em poucos anos de reconhecimento a UNIOESTE demonstra todo o seu potencial acadêmico e figura entre as melhores colocadas no ranking das universidades brasileiras. Em 1998, segundo dados da Folha de São Paulo, apenas 4 anos após o seu reconhecimento como universidade, a UNIOESTE é a 32^a colocada entre as universidades brasileiras. E dentre as universidades paranaenses, com essa colocação, ela se encontra em 4^o lugar, atrás somente das mais antigas universidades como a UEL – Universidade Estadual de Londrina, a UFPR – Universidade Federal do Paraná e a UEM – Universidade Estadual de Maringá. Conforme informações do Relatório de Avaliação Institucional (Texto Provisório de 2003), no ano de 2000, na média dos resultados, a UNIOESTE conquistou o 13^o lugar, fato que voltou a se repetir nos anos seguintes, 2001 e 2002.

O JORNAL DA UNIOESTE, de dezembro de 2004, afirma que na avaliação do MEC de 2003, a UNIOESTE foi a 1^a colocada dentre as Instituições do Estado do Paraná e a 10^a colocada dentre todas as avaliadas pelo MEC em nível nacional. Fato que somente vem a reafirmar o compromisso que a UNIOESTE já mantinha com a região na produção de conhecimento. A UNIOESTE não esperou pelo reconhecimento para desenvolver seus projetos como uma universidade de fato, ela já trabalhava como tal, por isso os excelentes resultados demonstrados. Seu reconhecimento foi apenas uma consequência de sua competência acadêmica. E assim a universidade vem formando profissionais sempre defendendo a primazia da escola pública, gratuita e de qualidade.

6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Analisando a trajetória histórica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE percebe-se que, o movimento englobou vários segmentos sociais, funcionários técnico-administrativos e professores. Extrapolando os muros das faculdades, o movimento conseguiu uma integração regional em prol de um único objetivo, a universidade, onde prevalecia o bem maior para o coletivo sobre o individual. Obteve apoio, de entidades sociais, como sindicatos, cooperativos, associações, a igreja católica, políticos da região, da imprensa local e regional, entre outros. E foi essa integração que fortaleceu o movimento e que pressionou os governos da década de 80 garantindo a estadualização.

Mesmo a década de 90 sendo marcada por características neoliberais de descaso com o ensino superior, os governos foram pressionados e reconheceram a universidade não porque assim o quisessem, mas porque na correlação de forças com o governo do Estado a comunidade oestina e acadêmica se mostraram forte e coesa. Conforme KUIAVA (2005), o reconhecimento foi conseguido no momento certo porque antes não era permitido, pois o regime militar não deixava muito espaço, se fosse depois da década de 90, seria tarde. A conjuntura do movimento da democratização foi muito útil para esse movimento da própria UNIOESTE. Interpretando a fala do professor Kuiava, a década de 90 seria tarde porque com a presença do neoliberalismo, da globalização e da abertura das fronteiras ao capital estrangeiro, investimentos em setores públicos são minimizados assim como o Estado também passa a ser enxuto. No caso da educação, o ensino superior fica relegado a economia privada. Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, os investimentos terão maior ênfase no ensino fundamental e médio, visando a erradicação do analfabetismo, que envergonha a nação, pagando assim a dívida social do Estado para com a sociedade em geral, deixando o investimento no ensino superior ao nível da meritocracia da cada indivíduo.

Esse trabalho revela que a Universidade do Oeste é uma conquista exclusivamente da população oestina sob a hegemonia da comunidade universitária. O Oeste paranaense se integrou em torno de um só projeto e reivindicou numa só voz que era necessária uma universidade na região Oeste. E foi por essa integração regional, pela obstinação da população, que se construiu forte e soberana a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na qualidade de pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- EMER. I. O. **ENSINO SUPERIOR EM CASCAVEL**. Cascavel, 2001. (mimeo)
- FECIVEL – GABINETE DA DIREÇÃO. **Posicionamentos e Questionamentos de Professores, Estudantes e Funcionários da FECIVEL sobre a proposta do Governo do Paraná de instituir Conselho Diretor nas Universidades e nas Faculdades Estaduais**. Cascavel, 1988. (mimeo)
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal**. Edição de 06 de dezembro de 1998.
- INFORME FUNIOESTE. **A Pobreza dos Salários**. Cascavel, 1991. (mimeo)
- KUIAVA. J.; EMER I. O. **Referencias Conceituais para a Reestruturação da UNIOESTE**. Cascavel, 1999. (mimeo)
- KUIAVA. J.; CALSSAVARA. C. R. **Algumas idéias fundamentais para o plano de Ação da FECIVEL – Período 1986-1990**. Cascavel, 1986. (mimeo)
- KUIAVA. J.; SCHERER. F. **Plano de Ação para a UNIOESTE – 1987/90. Algumas idéias e diretrizes**. Cascavel, 1987. (mimeo)
- _____. **Universidades: para que servem?** Trabalho apresentado no Seminário sobre “Universidade, Ciência, Cidadania e Desenvolvimento”, Cascavel, 1989. (mimeo)
- _____. **O Paraná no seu lugar, ou, o Paraná fala grosso, ou, o Paraná em cena**. Cascavel, 1988. (mimeo)
- _____. **A Democratização da Escola Pública**. Texto apresentado na Conferência de abertura do Seminário Estadual sobre a democratização da Educação na Universidade Estadual de Maringá – UEM, 1987.
- _____. **A verdade sobre a FUNIOESTE**. Carta à população do Oeste. Cascavel, 1990. (mimeo)
- _____. **Elementos para discussão de políticas para o ensino superior, para a ciência e a tecnologia de Estado do Paraná**. Texto elaborado pela ACCR e PRG. Cascavel, 1988. (mimeo)
- _____. **Autarquização, Sindicância e Conselho Estadual e Educação**. Cascavel, 1991. (mimeo)
- _____. **Oeste e o seu Projeto de Universidade**. Cascavel, 1992. (mimeo)
- _____. **Elementos do Plano de Qualificação Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná**. Cascavel, 1991. (mimeo)
- _____. **Autarquização, Sindicância e Conselho Estadual e Educação**. Cascavel, 1991. (mimeo)

KUIAVA. J.; SCHERER, F.; CALSSAVARA. C. R.; BERSCH. L. J.; SERENI. F.; HOFFMANN. C. A. **Carta ao Oeste**. Elaborada pelo Diretor-Presidente e pelo Vice Diretor-Presidente juntamente com os quatro Diretores das Faculdades isoladas. Cascavel, 1990. (mimeo)

KUIAVA. J.; CALSSAVARA. C. R.; NASCIMENTO. M. S.; LOPES FILHO. E. P.; OLDONI. L. M. **Ao povo de Cascavel**. Carta entregue ao ex-governador José Richa, por ocasião da inauguração do Viaduto Carelli. Cascavel, 1986. (mimeo)

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996.

LEMANSKI, S. **Entrevista cedida em outubro**. Cascavel, 2005.

SHIROMA. E.O.; MORAES. M. C. M. de; EVANGELISTA. O. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SPERANÇA. A. A. **Cascavel, a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

SPERANÇA. A.; SPERANÇA C. **Pequena história de Cascavel e do Oeste**. J.S.Impressora Ltda. Cascavel, 1980.

UNIOESTE. **Universidade Estadual do Oeste: Um centro para o desenvolvimento regional**. Cascavel, 1999.

_____. **Informativo do Campus de Marechal Cândido Rondon**. Ano I – Nº 2 – Edição Comemorativa. **JUBILEU – 1980 A 2005**. Mal. Cândido Rondon, 2005.

VIEIRA. E. Estado e Política Social na Década de 90. IN: NOGUEIRA, F. M. G. (org) **Estado e políticas sociais no Brasil**. EDUNIOESTE, Cascavel, 2001.

WACHOWICZ. R. **História do Paraná**. Curitiba: 9. ed. Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

NOTAS

- ¹ Este artigo é resultado da monografia do Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, concluído em 2005, com o título: **UNIOESTE: O NASCIMENTO DE UMA UNIVERSIDADE**, elaborada sob orientação do professor José Kuiava.
- ² Especialista Educação Especial pelo ESAP – Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação, 2006. Especialista em História da Educação Brasileira pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005. Especialista em Docência no Ensino Superior pela UNIPAN – União Pan-Americana de Ensino, 2005. Graduada em pedagogia pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, turma 2003. E-mail: verabalbinotti@bol.com.br Acadêmica da UNIOESTE.
- ³ Professor orientador, Mestre em Educação, docente do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: kuiava@certto.com.br
- ⁴ Carta entregue ao ex-governador José Richa, por ocasião da inauguração do Viaduto Carelli. José Richa governou o Estado do Paraná de 15 de março de 1983 até 09 de maio de 1986, quando se licenciou para concorrer ao Senado.

- ⁵ João Elísio Ferraz de Campos era vice-governador e governou o Estado do Paraná de 09 de maio de 1986 até 15 de março de 1987.
- ⁶ Álvaro Dias governou o Estado de 15 de março de 1987 até 15 de março de 1991.
- ⁷ Mário Pereira era vice-governador e assumiu interinamente o governo do Estado do Paraná no período de 02 de abril de 1994 até 1º de janeiro de 1995.